Vieira Souza Garioli - OAB/ES nº 17.907, da r. decisão transcrita abaixo:

"DECISÃO

O Candidato Paulo Cesar Gomes de Oliveira protocolou petição (ID 1178745) requerendo, nos presentes autos, a regularização de sua prestação de contas, relativas às eleições de 2018, as quais foram julgadas não prestadas por este Egrégio Tribunal, com trânsito em julgado em 22/02/19.

Indefiro o pedido, vez que a regularização das contas julgadas não prestadas deve ocorrer em autos próprios, classe Petição, na forma estabelecida no art. 83, §2º, da Resolução TSE nº 23.553/18.

Publique-se.

Intime-se.

Vitória/ES, 27 de março de 2019.

JUIZ UBIRATAN ALMEIDA AZEVEDO
RELATOR"

SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO,

VITÓRIA/ES, 27 de março de 2019.

JOSÉ MARIA MIGUEL FEU ROSA FILHO
SECRETÁRIO JUDICIÁRIO

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 114/2019

PROCESSO Nº 192-43.2018.6.08.0000 - CLASSE 25ª - VITÓRIA - ES
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS – DE PARTIDO POLÍTICO – ELEIÇÕES 2016.

De ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente, nos autos do processo em epígrafe, INTIMO o Diretório Estadual do Partido Republicano da Ordem Social - PROS/ES, através da advogada Dra. Gabriela Velasco Thomaz - OAB: 26589/ES, para, no prazo de 5 (cinco) dias, proceder ao recolhimento ao Tesouro Nacional do valor de R\$ 2.619,00 (dois mil, seiscentos e dezenove reais), devendo o pagamento dar-se através da Guia de Recolhimento da União – GRU, cabendo ao devedor providenciar a retirada da referida guia junto à Secretaria Judiciária deste Tribunal, acostando aos autos comprovante de recolhimento, sob pena de encaminhamento das informações à representação estadual da Advocacia-Geral da União para fins de cobrança, nos termos do art. 26 da Resolução TSE nº 23.463/2015.

SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL,

Vitória-ES, 29 de março de 2019.

JOSÉ MARIA MIGUEL FEU ROSA FILHO
SECRETÁRIO JUDICIÁRIO

Documentos da DG

Portarias

PORTARIA DG Nº 107, DE 28 DE MARÇO DE 2019.

Dispõe sobre a forma de preenchimento das vagas de Mestrado Profissional em Gestão Pública disponibilizadas ao TRE/ES pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) por meio do Acordo de Cooperação nº 02/2015.

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS

ATRIBUIÇÕES REGIMENTAIS CONTIDAS NO ART. 94, INCISO XIII, DA RESOLUÇÃO Nº 705/07, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO EM 06/03/08,

Considerando a adesão do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Espírito Santo ao Acordo de Cooperação nº. 02/2015, firmado entre a Controladoria Geral da União e a Universidade Federal do Espírito Santo, por meio do qual esta, dentre outras obrigações, se compromete a oferecer vagas a servidores para a realização de mestrado profissional em Gestão Pública;

Considerando que as vagas disponibilizadas para servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Espírito Santo serão divulgadas nos editais dos processos seletivos realizados pela UFES;

Considerando as deliberações constantes do processo administrativo nº 19.661/2016, em trâmite perante o Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo;

RESOLVE:

Artigo 1º. Estabelecer que as vagas de Mestrado Profissional em Gestão Pública disponibilizadas ao TRE/ES pela UFES, por meio do Acordo de Cooperação nº 02/2015, serão preenchidas conforme critérios estabelecidos no edital divulgado pela UFES.

Artigo 2º. O servidor interessado em ingressar nas vagas de que trata o artigo 1º deverá desenvolver projeto de pesquisa para dissertação em área que promova a qualificação institucional do TRE/ES bem como o aperfeiçoamento de suas atividades na Justiça Eleitoral.

Parágrafo único. O servidor deverá encaminhar à CODES, no mesmo prazo exigido no edital da UFES, o pré-projeto de pesquisa à apreciação da Administração deste Tribunal, para que seja verificada a pertinência entre o tema do projeto apresentado e as atividades desempenhadas pelo servidor e pelo TRE/ES.

Art. 3º. O servidor ficará impedido de beneficiar-se novamente do ingresso nas vagas de que trata o artigo 1º pelo período de 2 anos em caso de não conclusão do curso, contado a partir da data de desligamento do programa de mestrado, informada pela UFES.

§1º. Para aplicação do impedimento de que trata o *caput*, a Administração deverá oportunizar o servidor a apresentar justificativa para não conclusão do curso.

§2º. Não se aplicará o impedimento estabelecido no *caput*, nos casos de aceitação pelo Diretor Geral da justificativa prevista no § 1º deste artigo.

Art. 4º. O servidor beneficiado com uma das vagas previstas no artigo 1º deverá entregar, no prazo máximo de 6 (seis) meses da data de conclusão do mestrado, cópia digital da dissertação, bem como cópia do diploma e do histórico escolar.

Art. 5º. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Geral do TRE-ES.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Fica revogada a Portaria DG nº 659/2016.

ALVIMAR DIAS NASCIMENTO
DIRETOR GERAL

CORREGEDORIA ELEITORAL

(NÃO HÁ PUBLICAÇÕES NESTA DATA)

ZONAS ELEITORAIS

2ª Zona Eleitoral

Editais

EDITAL Nº 45/2019

Por ordem do Dr. Murilo Ribeiro Ferreira, MM. Juiz da 2ª Zona Eleitoral de Cachoeiro de Itapemirim e Atilio Vivacqua, Estado do Espírito Santo, por nomeação na forma da lei, o Sr. Itaré Victor Galvêas Garrute, Chefe de Cartório em substituição,